

# Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 515.819 - SP (2019/0171080-2)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**AGRAVANTE : E A DO N**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**VICTOR LUIZ OLIVEIRA DA PAZ - BA033512**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ESTUPRO. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS. NULIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O *decisum* combatido seguiu a orientação consolidada pela jurisprudência desta Corte Superior, ao considerar que a suposta nulidade da colheita antecipada da prova deve ser arguida na primeira oportunidade para falar nos autos, motivo pelo qual o questionamento formulado cerca de dezoito anos após a realização da diligência está alcançado pela preclusão.
2. Não se pode presumir que, tal como sustentou a Defensoria Pública nas razões deste agravo, o defensor dativo nomeado para atuar na audiência em que a prova oral foi colhida sentiu receio de ver seus honorários reduzidos caso sucitasse a nulidade do ato praticado.
3. Não se identificam motivos para alterar a conclusão exarada no *decisum* combatido.
4. Agravo regimental não provido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

